



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO SERRA FLUMINENSE**

Av. Rotariana, s/n, - Bairro Soberbo - Teresópolis - CEP 25960-602

Telefone: (21)21521100(61)20289913 (24)22916745(21)37677009

**PLANO DE TRABALHO - PIBIC/ICMBIO**

**17º EDITAL DE SELEÇÃO – CICLO 2023/2024**



**Título do Plano de Trabalho:**

Inclusão social e formação de parcerias para o aprimoramento do uso público no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

**Grande Área do Conhecimento**

<input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra	<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde	<input type="checkbox"/> Ciências Humanas
<input type="checkbox"/> Ciências Biológicas	<input type="checkbox"/> Ciências Agrárias	<input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes
<input type="checkbox"/> Engenharias	<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas	<input type="checkbox"/> Outras áreas

**Orientador:** Marcus Machado Gomes

**Unidade do orientador:** NGI ICMBio Serra Fluminense

**Coorientador:** Breno Herrera da Silva Coelho

**Instituição do coorientador:** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Estudante:** Bruna Maia de Oliveira

**Instituição do Estudante (Cidade/UF):** Universidade Veiga de Almeida (Rio de Janeiro/RJ)

**Curso de graduação e semestre atual do estudante:** Gestão Ambiental - 1º período

<b>Escolha do(s) tema(s):</b>	<b>Temas estratégicos de pesquisa - Conforme anexo I do 17º Edital PIBIC - 2023/2024</b>
x	1 - Valorização da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e patrimônio espeleológico e arqueológico
	2 - Manejo integrado e adaptativo do fogo
	3 - Recuperação de habitats terrestres e aquáticos
	4 - Manejo de espécies exóticas invasoras
	5 - Boas práticas e regulação do uso de fauna
	6 - Diagnóstico das atividades e cadeias econômicas responsáveis pela exploração predatória e/ou ilegal dos recursos da biodiversidade
	7 - Fortalecimento das cadeias produtivas de produtos madeireiros e não-madeireiros em unidades de conservação e em seu entorno
	8 - Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e flora brasileiras e melhoria do estado de conservação das espécies categorizadas como ameaçadas de extinção (Criticamente em Perigo - CR, Em Perigo - EN, Vulnerável - VU) e com Dados Insuficientes (DD)
	9 - Monitoramento participativo dos recursos naturais e dos compromissos estabelecidos para a gestão das UC e conservação e uso da biodiversidade
	10 - Gestão da informação sobre a biodiversidade para subsidiar das ações de conservação
	11 - Identificação e monitoramento de impactos de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e medidas de mitigação que afetem UCs ou espécies da fauna ameaçada
x	12 - Planejamento e implementação de Unidades de Conservação
	13 - Criação ou ampliação de unidades de conservação e conectividade

Indique – assinalando com um **X** – o(s) tema(s) no qual a proposta está inserida:

## **1- INTRODUÇÃO:**

A introdução deverá abordar os seguintes itens:

- Contextualização da questão-chave abordada no Plano de Trabalho e justificativa para atendimento do(s) tema(s) estratégico assinalado(s) ;
- Relação e contribuição do Plano de Trabalho do bolsista para a questão chave apresentada;
- Ineditismo do Plano de Trabalho no contexto local;
- Caso o Plano de Trabalho seja a continuação de trabalhos de ciclos anteriores, deve-se deixar claro qual a novidade da pesquisa e novos desafios/questionamentos surgidos ao longo do trabalho que serão abordados neste ciclo, assim como **qual a relevância da continuidade do projeto** no contexto local.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) foi criado em 30 de novembro de 1939, abrangendo áreas que hoje compõem os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim. Historicamente, a Unidade de Conservação (UC) concentrava suas atividades na cidade de Teresópolis. Esta, por sua vez, distante apenas 90 km do centro do Rio de Janeiro, possui uma longa trajetória como lugar de turismo e veraneio. Neste município, está localizada a sede principal, onde a visitação pública conta com uma ampla infraestrutura.

Atualmente, o PARNASO é uma das UCs mais conhecidas e visitadas do Brasil e dispõe de sedes onde é permitido e estimulado o uso público, em três dos municípios citados. Exceto em Magé, cujo poder público municipal propôs, em fevereiro de 2023, com a aprovação e acompanhamento do Conselho Consultivo da unidade (CONPARNASO), uma parceria público-pública para a implantação de uma sede no município, a partir de investimentos da própria municipalidade. Nas sedes existentes nos demais municípios, Teresópolis, Guapimirim e Petrópolis, uma empresa concessionária operou serviços de apoio à visitação de agosto de 2010 a julho de 2021.

Com a proximidade do final deste contrato de concessão, o CONPARNASO e a equipe técnica da UC passaram a debater as possibilidades e formatos de parcerias para a delegação desses serviços. A esse respeito, [com a oportunidade de implementação de um modelo de parceria diferente daquele que estava em prática](#), foi criada no âmbito do Conselho uma Câmara Temática Temporária com a finalidade de estudar o tema e propor alternativas [para o planejamento e implementação do uso público na UC a partir de novas bases](#), conforme Ata de Reunião Ordinária do CONPARNASO, de 10 de março de 2021. Em 2021, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação de projetos para concessão de Unidades de Conservação Federais, incluindo o PARNASO. Em agosto de 2022, o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) que encampa a UC criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de sistematizar informações e propostas para a contribuição dos servidores na construção do projeto final. Todo este processo vem se mostrando conflituoso, na medida em que os produtos elaborados pelo BNDES foram postos em consulta pública sem as contribuições oferecidas por conselheiros e servidores do PARNASO.

Como exposto no site do Instituto Chico Mendes (ICMBIO, 2023a), “a visitação às unidades de conservação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza”, motivo pelo qual a instituição afirma trabalhar no sentido de diversificar atrativos e firmar parcerias para promoção de tais atividades.

Nesta toada, as concessões de serviços de apoio à visitação têm sido propostas no ICMBio como o modelo de parceria por excelência na intenção de aumentar o fluxo turístico nas UCs, proporcionando uma experiência de melhor qualidade aos visitantes e, ao mesmo tempo, contornar a escassez de recursos financeiros, melhorando as infraestruturas e tornando viável a conservação a longo prazo (ICMBIO, 2023b; RANIERI et al. 2022). Com este instrumento de delegação, o ICMBio transfere a uma empresa privada a exploração de serviços e atividades de visitação em UC, como cobrança de ingressos, transporte de visitantes, restaurantes e lojas de conveniências. Por este ponto de vista, entende-se que, além de obter retorno financeiro, o Instituto promoveria melhorias na estrutura de uso público das unidades, as quais não teria capacidade de realizar sem a parceria com os concessionários privados.

Contudo, com a prevalência das concessões a grandes empresas, observa-se que as políticas públicas voltadas ao turismo em Unidades de Conservação têm se pautado por uma lógica fortemente econômica, ficando em plano secundário os compromissos sociais, ambientais e éticos que tais atividades suscitam (IRVING et al. 2015).

Segundo Rodrigues & Godoy (2013), o aporte de recursos humanos e financeiros por parte dos entes público e privado na gestão dos parques nacionais necessita de critérios que levem em consideração suas respectivas funções e responsabilidades na gestão dessas áreas. Dessa forma, como afirmam os autores, “a prestação de serviços de apoio ao uso público demanda uma composição de diversas alternativas financeiras, especialmente de fontes orçamentárias, para assegurar as condições básicas de gestão”. Portanto, o convívio entre os regimes público e privado no mesmo espaço, como é o caso da prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação, demanda o equilíbrio

entre os resultados econômico-financeiros privados e os propósitos da função pública relativos à conservação ambiental da área, com valorização da sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos, e à democratização do seu acesso e conhecimento por amplas camadas da população.

As instituições ambientais responsáveis pelas áreas protegidas no Brasil têm investido em parcerias com a iniciativa privada para auxiliar na prestação de serviços de apoio ao turismo, porém, no que diz respeito ao debate sobre a responsabilização no campo das concessões e outras parcerias para a ampliação do turismo em áreas protegidas, as referências no Brasil ainda são poucas (RODRIGUES & ABRUCIO, 2020; RODRIGUES & GODOY, 2013). Segundo Rodrigues & Abrucio (2020), é importante aprofundar uma discussão sobre os valores públicos que direcionam essas iniciativas, principalmente quando se trata do impacto das parcerias para o alcance dos propósitos das áreas protegidas.

Como afirmam Silva & Raimundo (2021), “o poder público precisa atuar na fiscalização e no monitoramento das ações desenvolvidas pelas concessionárias, considerando que o foco das concessões não é o lucro, mas sim o oferecimento de serviços de qualidade aos visitantes, em um espaço público e de bem comum.” Nesse sentido, há grande preocupação de que o processo de concessão se torne meramente um mecanismo de extração de lucros por parte das concessionárias, com práticas turísticas desconectadas da realidade local. É importante, segundo os autores, respeitar o espaço em que as comunidades locais vivem, a presença delas no planejamento e gestão do turismo, e que elas entendam as repercussões positivas e negativas geradas pelas atividades turísticas. Sendo assim, cabe ao poder público a obrigação de definir parcerias com a iniciativa privada, consultando as comunidades para um planejamento participativo, com comunicação e transparência nas práticas de turismo, para diminuir prejuízos ambientais, culturais, e sociais no entorno dos parques nacionais.

Faz-se necessário, inclusive, identificar e monitorar os impactos negativos resultantes do uso público sobre a biodiversidade e os ecossistemas nas áreas protegidas, sob concessão ou não, viabilizando a qualidade ambiental desejada. Esse tema é presente em poucos editais de concessão de unidades de conservação federais brasileiras. E mesmo quando aparece, não há referência sobre as chances de envolvimento de visitantes ou da comunidade local no monitoramento desses impactos (RANIERI et al., 2022; BETTI & DENARDIN, 2013).

Conforme sintetizado por Rodrigues & Abrucio (2019), uma “nova governança (...) envolve a combinação entre desempenho e democratização, e a análise empírica do caso brasileiro indicou uma maior preocupação com a eficiência do que com a transparência e a participação. Esse descompasso pode prejudicar o alcance dos valores públicos que devem orientar a gestão de parques e do patrimônio natural.” Os autores destacam a importância do papel do conselho gestor da unidade de conservação nas tomadas de decisão e definição de responsabilidades partilhadas e na divulgação e debate sobre os resultados das concessões e parcerias.

Estudos sobre parcerias voltadas ao turismo em parques nacionais são incipientes e pouco se sabe sobre os métodos de implementação e os efeitos que essas mudanças de modelos na gestão acarretam nesses espaços (RODRIGUES & ABRUCIO, 2019). Conforme os autores: “Identifica-se também uma carência de publicações científicas para compreensão dos modelos de concessão adotados pelos parques brasileiros que já passaram pelo processo licitatório (SILVA & RAIMUNDO, 2021).” Dessa forma, são necessárias mais pesquisas que analisem os pontos positivos e negativos desses modelos de concessão, monitorando os processos de concessão e ações das concessionárias no aproveitamento e exploração das áreas e nos serviços de apoio à visitação em benefício da conservação, no atendimento adequado aos visitantes e na proximidade com a comunidade do entorno.

Silva & Raimundo (2021) reforçam que, independente do modelo de parcerias, é necessário continuar buscando maneiras de incluir as comunidades locais quando estas tiverem relações com as UCs. Segundo os autores, trabalhos futuros devem focar na gestão participativa e na responsabilidade ambiental, social e cultural das concessionárias com as comunidades locais e o meio ambiente, trazendo benefícios aos envolvidos, visto que os contratos de concessão até o momento não priorizam a gestão conjunta com essas comunidades.

Pelo exposto, o presente plano de trabalho pretende coletar, compilar e discutir as

propostas ~~já desenvolvidas por~~ de conselheiros, servidores e demais atores envolvidos com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, buscando, à luz dos conceitos de justiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004), inclusão social (IRVING, 2015), turismo solidário (FORTUNATO & NEFFA, 2014) e turismo de base comunitária (BETTI & DENARDIN, 2013), um modelo mais inclusivo tanto para quem visita a UC como para quem presta serviços ou comercializa produtos de interesse para visitantes. Em síntese, o presente trabalho se orientará por conceitos e práticas que busquem uma distribuição mais equânime das oportunidades econômicas, benefícios sociais e acessos aos bens ambientais por parte dos segmentos sociais que hoje não os alcançam ou encontram dificuldades para tanto.

## **2 - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PLANO DE TRABALHO**

Objetivo geral:

Contribuir para a construção participativa de um modelo justo, inclusivo e solidário de delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Objetivos específicos:

- Analisar as potencialidades locais para a construção de parcerias de diversas modalidades, incluindo concessões, permissões, autorizações e outras;
- Avaliar a pertinência de parcerias público-privadas, público-públicas e público-comunitárias e suas possibilidades de articulação e cooperação;
- Identificar segmentos sociais excluídos da partilha dos benefícios da visitação na UC que possam se constituir como potenciais parceiros na prestação dos serviços de apoio à visitação;

## **3 - METODOLOGIA**

Inicialmente, utilizando como referência principal - mas não única - o Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP), um núcleo multidisciplinar de pesquisa que reúne diferentes instituições de ensino superior, será realizado levantamento bibliográfico acerca de estudos e análises de experiências de uso público em unidades de conservação, buscando conhecer e partilhar com os atores locais tanto os êxitos quanto os insucessos, bem como os diversos modelos de parcerias que não se restringem às concessões privadas.

Considerando o projeto de concessão do PARNASO submetido a consulta pública, a mobilização do Conselho da unidade em torno do tema e as manifestações técnicas dos servidores locais, serão realizadas análises dos documentos editalícios, pareceres, notas e informações técnicas e demais documentos expedidos relativos aos contratos de concessão. Serão também analisadas as atas e notas técnicas produzidas pelo CONPARNASO e suas câmaras temáticas, bem como manifestos e relatórios de eventos que tratem do objeto desta pesquisa.

Com tais levantamentos bibliográficos e documentais, espera-se adquirir insumos não apenas a nossas análises, mas principalmente pretende-se fornecer aos gestores e atores sociais participantes dados e informações que sirvam de suporte e fundamento à construção coletiva de um novo modelo de parceria para apoio à visitação no PARNASO.

Será utilizado também o método da observação participante, com participações nas reuniões do CONPARNASO, tendo em vista que se trata do espaço que busca promover a gestão compartilhada e democrática da área protegida, e integrá-la à sociedade. Nesse sentido, pretende-se colaborar com o desenvolvimento de uma ou mais oficinas para a construção participativa de uma

proposta de delegação de serviços adequada à realidade local.

Faremos ainda entrevistas semi-estruturadas com gestores, comunitários, conselheiros e operadores de turismo, na busca de evidências e percepções do estado atual do turismo no PARNASO e das potencialidades de inserção das propostas comunitárias nos espaços participativos da gestão do uso público na UC, investigando assim as possibilidades de inclusão social através do segmento do turismo de base comunitária.

Como afirma Oliveira (2008), no processo de inclusão social, a sociedade e os segmentos até então excluídos buscam equacionar soluções alternativas, para garantir a equiparação de oportunidades e direitos. O turismo de base comunitária - TBC atua de forma a potencializar os modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal, agregando valores solidários à troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades que sofrem consequências de dívidas sociais herdadas de desvantagens históricas. Esses conhecimentos e experiências podem agregar a um processo de aprendizagem que fortaleça as propostas emanadas das organizações da sociedade civil, em conjunto com as prefeituras e outros órgãos públicos.

#### **4 - RESULTADOS ESPERADOS**

Com este trabalho, espera-se promover maior reciprocidade entre as comunidades locais e a UC, e com isso gerar a construção de propostas para uma gestão mais inclusiva do turismo no Parque. Dessa forma, pretende-se desenhar e propor um modelo de delegação de serviços de apoio à visitação adequado às potencialidades ambientais, territoriais e socioculturais específicas da região abrangida pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Para tal, espera-se investigar a viabilidade de um modelo múltiplo, que articule parcerias diversas, aliando permissões, autorizações, concessões e gestão compartilhada, através de parcerias público-públicas, público-comunitárias e público-privadas (PPP).

Por fim, espera-se identificar lacunas e oportunidades de capacitação de atores locais e comunidades do entorno com vistas ao aproveitamento das culturas e dos saberes locais na experiência da visitação em UC, distribuindo de forma mais equitativa os benefícios das atividades que ocorrem nas áreas de uso público.

#### **5 - IMPORTÂNCIA DA EXECUÇÃO DA PESQUISA PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

De acordo com Brumatti & Rozendo (2019), “as críticas sobre as concessões, dizem respeito, principalmente, à capacidade das governanças locais em direcionar o processo de forma transparente e equitativa na geração de benefícios econômicos e sociais, bem como de atender ao objetivo principal das áreas protegidas, a conservação ambiental”. Contudo, algumas pesquisas mostraram que as parcerias podem mobilizar capital para investimento nas infraestruturas dos parques e consequentemente na conservação da biodiversidade, respeitando sempre o plano de manejo.

Entende-se aqui que o sucesso da conservação da biodiversidade passa necessariamente pelo envolvimento dos atores e comunidades locais. Ao se apropriar dos instrumentos de gestão e seus benefícios sociais, esses atores contribuem com maior solidez e profundidade com a implementação das políticas públicas na área protegida pelo PARNASO.

#### **6 - ETAPAS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

Etapa 1 – Levantamento bibliográfico e análise documental

Etapa 2 – Realização de entrevistas e observação participante

Etapa 3 – Realização de oficinas com conselheiros, membros de câmaras temáticas do conselho e demais

interessados, com objetivo de construção participativa de propostas de turismo de caráter solidário e inclusivo

Etapa 4 – Elaboração e entrega de relatório parcial

Etapa 5 – Análise dos dados

Etapa 6 – Apresentação dos resultados da pesquisa para o Conselho Consultivo

Etapa 7 – Elaboração e entrega de relatório final

Etapa	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Jan/24	Fev/24	Mar/24	Abr/24	Mai/24	Jun/24	Jul/24	Ago/24
1	X	X	X	X	X		X	X	X	X		
2	X	X	X	X	X		X	X				
3		X	X	X					X	X		
4					X	X						
5					X			X	X	X		
6											X	
7											X	X

Marque com um X o período correspondente a cada uma das etapas. Podem ser acrescentadas novas etapas caso necessário

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H., HERCULANO, S. & PÁDUA, J.A. (orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BETTI, P. & DENARDIN, V. F. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local**. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v.6, n.4, 2013.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC**. LEI FEDERAL Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

BRUMATTI, P. N. M. & Rozendo, C. **Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR. São Paulo, 15 (3), 2021.

CORLIANO, L. N. M. T. (Ed.). **A exclusão e a Inclusão Social e o Turismo**. Pasos: Revista do Turismo e Patrimônio Cultural, Ceará, v. 3, n. 2, p.295-394, 2005.

FORTUNATO, R. & NEFFA, E. **Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 25, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/80672>. Acesso em 18 de abril de 2018.

ICMBIO, 2008. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília: ICMBio.

ICMBIO, 2023a. **Visitação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/visite-as-unidades-de-conservacao-federais/visitacao>>. Acesso em 03 de abr. 2023.



ICMBIO, 2023b. **Concessão de serviços de apoio à visitação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/concessao-de-servicos-de-apoio-a-visitacao>>. Acesso em 03 de abr. 2023.

IRVING, M. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: Diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro. Folio Digital, 292 p. 2015.

OLIVEIRA, H. V. (Ed.). **A prática do Turismo como fator de inclusão social**. Revistas de Ciências Gerenciais, São Paulo, v. 7, n. 16, p.91-103, 19 dez. 2008.

RANIERI, V. E. L. et al. **Potencial da ciência cidadã para o monitoramento dos impactos do uso público em um cenário de avanço das concessões**. Biodiversidade Brasileira. 12(3): 305-321, 2022.

RODRIGUES, C. G. O. & GODOY, L. R. C. **Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR, v. 28, p. 75-88, 2013.

RODRIGUES, C. G. O. & ABRUCIO, F. L. **Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR. São Paulo, 13 (3), p. 105-120. 2019.

RODRIGUES, C. G. O. & ABRUCIO, F. L. **Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico**. Turismo, Visão e Ação, v.22 n.1, p. 67-86. 2020.

SILVA, G. G. L. S. & RAIMUNDO, S. **Modelos de concessão de serviços em Parques Nacionais Brasileiros**. Turismo e Sociedade. Curitiba, v. 14, n.2, p. 42-62. 2021.

## **8. AJUSTES E COMPLEMENTAÇÕES PARA SANAR RESSALVAS**

### **RESSALVA AVALIADOR 1**

**Introdução/contextualização necessita de maior foco/clareza em sua relação com o tema estratégico apresentado. Na forma que está apresenta-se como uma grande revisão de literatura sobre parceria público-privada; Metodologia necessitando de maior detalhamento/clareza em como se alcançarão os objetivos propostos.**

RESPOSTA: Acatando a ressalva, inserimos texto (em azul) no 3º parágrafo do campo 1-INTRODUÇÃO no sentido de dar clareza à relação do Plano de Trabalho com o tema estratégico 12 (Planejamento e Implementação de UC). Assim, o referido parágrafo passa a iniciar com a seguinte redação: "Com a proximidade do final deste contrato de concessão, o CONPARNASO e a equipe técnica da UC passaram a debater as possibilidades e formatos de parcerias para a delegação desses serviços. A esse respeito, com a oportunidade de implementação de um modelo de parceria diferente daquele que estava em prática, foi criada no âmbito do Conselho uma Câmara Temática Temporária com a finalidade de estudar o tema e propor alternativas para o planejamento e implementação do uso público na UC a partir de novas bases, ...".

Ainda no campo 1-INTRODUÇÃO, com o objetivo de reforçar a relação do Plano de Trabalho com o Tema Estratégico 1 (Valorização da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e patrimônio espeleológico e arqueológico), inserimos texto (em azul) no 7º parágrafo, o qual passa a ter sua última frase com a seguinte redação: "Portanto, o convívio entre os regimes público e privado no mesmo espaço, como é o caso da prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação, demanda o equilíbrio entre os resultados econômico-financeiros privados e os propósitos da função pública relativos à conservação ambiental da área, com valorização da sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos, e à



democratização do seu acesso e conhecimento por amplas camadas da população". A mesma ideia é reforçada com inserção de texto também no 10º parágrafo, que passa a iniciar com a seguinte redação: "Faz-se necessário, inclusive, identificar e monitorar os impactos negativos resultantes do uso público sobre a biodiversidade e os ecossistemas nas áreas protegidas (...)".

Quanto às questões metodológicas colocadas na ressalva, inserimos (em azul) no último parágrafo do campo 1-INTRODUÇÃO a palavra "coletar" e excluimos a expressão "já desenvolvidas por" (sobretaxado em azul), para que não reste dúvida de que o Plano de Trabalho objetiva produzir dados primários, com a complementação dos dados secundários advindos da revisão de literatura e análise documental. Assim, este último parágrafo passa a iniciar com a seguinte redação: "Pelo exposto, o presente plano de trabalho pretende coletar, compilar e discutir as propostas já desenvolvidas por de conselheiros, servidores e demais atores envolvidos com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (...)".

A coleta de dados primários nos parece clara no campo 3-METODOLOGIA, no qual propomos métodos consagrados nas ciências sociais, os quais constituem ferramentas importantes na identificação de atores chave, suas relações e práticas sociais, e de instituições e seus papéis no contexto a ser estudado: o método da "observação participante" para a promoção de processos de análise, discussão e construção coletiva de um modelo próprio de delegações de serviços para o uso público; bem como o método das "entrevistas semi-estruturadas" para a coleta de evidências, percepções (palavra inserida em azul no texto original) e potencialidades do turismo na UC.

Assim, a metodologia proposta não se refere apenas à análise documental, o que por si só poderá apontar fracassos e êxitos pretéritos, estudos sobre arranjos novos e criativos, elucidação de informações locais e nacionais, limitações legais e institucionais e outros dados que tecem o pano de fundo do nosso objetivo geral. As entrevistas semi-estruturadas e a observação participante contribuem na elucidação de dados políticos, culturais e históricos que conformam as desigualdades, conflitos, alianças e potencialidades sociais e ambientais. Todos esses dados fornecem os fundamentos para a obtenção dos objetivos específicos propostos.

Por fim, cumpre enfatizar que os três objetivos específicos elencados no Plano de Trabalho concorrem para a consecução do objetivo geral. Em outras palavras, os objetivos de análise das potencialidades locais para a construção de parcerias de diversas modalidades, de avaliação da pertinência e possibilidades de articulação entre essas parcerias e de identificação dos segmentos sociais atualmente excluídos e potencialmente parceiros do processo de visitação na UC (objetivos específicos), concorrem para a construção de um modelo inovador de parcerias no planejamento e implementação da delegação de serviços de apoio à visitação na unidade de conservação (objetivo geral).

## **RESSALVA AVALIADOR 2**

**Parabéns pelo trabalho proposto! A temática é muito pertinente e o projeto está claro e bem escrito. Faço apenas duas ressalvas:**

**1) o objetivo geral é "contribuir para a construção participativa de um modelo justo, inclusivo e solidário de delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos"; o que seria um modelo justo? Justo para quem? Sugiro excluir ou definir o conceito;**

RESPOSTA: Acatando a ressalva, inserimos no campo 1-INTRODUÇÃO, último parágrafo, uma breve definição do conceito de "justiça ambiental" (em azul), bem como as referências a autores que desenvolvem os conceitos mencionados; assim, o parágrafo passa a ter a seguinte redação: "Pelo exposto, o presente plano de trabalho pretende coletar, compilar e discutir propostas de conselheiros, servidores e demais atores envolvidos com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, buscando, à luz dos conceitos de justiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004), inclusão social (IRVING, 2015), turismo solidário (FORTUNATO & NEFFA, 2014) e turismo de base comunitária (BETTI & DENARDIN, 2013), um modelo mais inclusivo tanto para quem visita a UC como para quem presta serviços ou comercializa

produtos de interesse para visitantes. Em síntese, o presente trabalho se orientará por conceitos e práticas que busquem uma distribuição mais equânime das oportunidades econômicas, benefícios sociais e acessos aos bens ambientais por parte dos segmentos sociais que hoje não os alcançam ou encontram dificuldades para tanto". Inserimos também (em azul) os autores que não foram originalmente citados no campo 7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS".

**2)na metodologia, não ficou claro o que se pretende com a análise documental da etapa inicial, que aspectos/características serão observados? E para quê? Por mais óbvio que pareça para o estudante e o orientador, senti falta dessa informação;**

RESPOSTA: Acatando a ressalva, inserimos no campo 3-METODOLOGIA um primeiro parágrafo sobre o levantamento bibliográfico, com a seguinte redação: "Inicialmente, utilizando como referência principal - mas não única - o Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP), um núcleo multidisciplinar de pesquisa que reúne diferentes instituições de ensino superior, será realizado levantamento bibliográfico acerca de estudos e análises de experiências de uso público em unidades de conservação, buscando conhecer e partilhar com os atores locais tanto os êxitos quanto os insucessos, bem como os diversos modelos de parcerias que não se restringem às concessões privadas".

Inserimos, também no campo 3-METODOLOGIA, um terceiro parágrafo para esclarecer o objetivo dessas metodologias, com a seguinte redação: "Com tais levantamentos bibliográficos e documentais, espera-se adquirir insumos não apenas a nossas análises, mas principalmente pretende-se fornecer aos gestores e atores sociais participantes dados e informações que sirvam de suporte e fundamento à construção coletiva de um novo modelo de parceria para apoio à visitação no PARNASO".

**2) as atividades não me parecem compatíveis com um estudante cursando o primeiro semestre, quando tem acesso apenas a matérias introdutórias (para o projeto proposto, o estudante precisa ter algum conhecimento mais específico; peço que pensem a respeito)**

RESPOSTA: Agradecendo a ressalva, cabe ressaltar o currículo da estudante Bruna Maia de Oliveira, que apesar de estar cursando apenas o segundo período, já vivenciou outra graduação anteriormente, tendo participado de dois ciclos PIBIC/ICMBio quando de seu primeiro curso, interrompido por circunstâncias pessoais muito especiais. Sua experiência no campo da investigação científica e no cotidiano deste Parque Nacional permite alçar estudos um pouco mais rebuscados do que os de estudantes neófitos nas contexturas universitárias e ambientais.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Machado Gomes, Analista Ambiental**, em 17/07/2023, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **15283082** e o código CRC **7C507AE7**.

